

## AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART. 75, INCISO II e §§ 1º a 4º, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021.

### DADOS DO AVISO


|  |  |
|--|--|
| DATA E HORA LIMITE PARA ENTREGA DA PROPOSTA DE PREÇO E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO | Até dia <b>20/03/2025</b> , às 16h                         |
| REFERÊNCIA DE HORÁRIO  | Horário de Brasília - DF                                   |
| ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO           | <a href="mailto:cpc@cressdf.org.br">cpc@cressdf.org.br</a> |

O Conselho Regional de Serviço Social da 8ª Região - CRESS/DF, com sede na SRTVN, quadra 702, Conjunto P, Edifício Rádio Center - Salas 3139/3140, Asa Norte, DF, CEP 70719-900, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.109.561/0001-23, torna público para conhecimento dos interessados a realização **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO**, nos termos do Art. nº 75, inciso II da Lei 14.133/2021, e de acordo com as condições, critérios e procedimentos estabelecidos neste Aviso e seus anexos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados.

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada para o fornecimento de Certificados Digitais A3, sem fornecimento de token, com validade mínima de 3 (três) anos. O serviço deverá incluir a instalação, configuração e transferência de conhecimento da solução, conforme as condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, para atender às necessidades do Conselho Regional de Serviço Social da 8ª Região – CRESS/DF.

### ANEXOS DESTE AVISO

Anexo I - Termo de Referência  
Anexo II - Estudo Técnico Preliminar

Documento assinado digitalmente  
 MARCIA REGINA PRAXEDES DA SILVA  
Data: 17/03/2025 15:04:35-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**MÁRCIA REGINA PRAXEDES DA SILVA**  
Agente de Contratação  
CRESS-DF

# TERMO DE REFERÊNCIA

**Contratação de Certificados Digitais A3**

**Brasília, 07 de março de 2025**

## **TERMO DE REFERÊNCIA**

### **CONTRATAÇÃO DIRETA**

#### **1. Da fundamentação jurídica**

- 1.1. O presente termo é feito para dar cumprimento ao que é exigido no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, e nos Art. 14 e 15 da Lei Federal 14.133/2021, possuindo a presente contratação fundamentação no art. 75, inciso II, da referida lei federal.

#### **2. Da descrição do objeto**

- 2.1. Contratação de empresa especializada para o fornecimento de Certificados Digitais A3, sem fornecimento de token, com validade mínima de 3 (três) anos. O serviço deverá incluir a instalação, configuração e transferência de conhecimento da solução, conforme as condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, para atender às necessidades do Conselho Regional de Serviço Social da 8ª Região – CRESS/DF.

#### **3. Da justificativa da contratação**

- 3.1. O Conselho Regional de Serviço Social- 8ª Região, CRESS-DF, regulamentado pela Lei 8.662 de 7 de junho de 1993, integra o Conjunto CFESS/CRESS, e tem como objetivo básico disciplinar, orientar, fiscalizar e defender o exercício da profissão de Assistente Social em seu âmbito de jurisdição (no Distrito Federal), de acordo com os princípios e normas gerais estabelecidos pelo Encontro Nacional CFESS/CRESS, e nos termos do que dispõe a Lei de Regulamentação da profissão (Lei 8.662/1993).
- 3.2. A certificação digital é uma ferramenta essencial para garantir a segurança, autenticidade e integridade das operações realizadas no âmbito do Conselho Regional de Serviço Social da 8ª Região – CRESS/DF. O uso de certificados digitais permite a validação eletrônica de documentos, o acesso a sistemas institucionais e a assinatura digital de processos administrativos, conferindo maior celeridade e confiabilidade às atividades do Conselho.
- 3.3. Devido à rotatividade de membros e às eventuais substituições de funções dentro do CRESS/DF, torna-se necessário garantir que todos os profissionais envolvidos nas atividades do Conselho possuam certificação digital ativa e válida. Dessa forma, a contratação de certificados digitais sem fornecimento de token para pessoas físicas, com emissão via módulo eletrônico, visa atender de maneira contínua e eficiente a essa necessidade institucional.
- 3.4. Considerando a demanda recorrente por certificados digitais, optou-se pela formalização de contrato com vigência inicial de 12 (doze) meses, abrangendo as emissões previstas para os exercícios de 2025 e 2026. Estima-se a necessidade de emissão de aproximadamente 24 (vinte e quatro) certificados digitais durante esse período, sendo que as emissões ocorrerão conforme a necessidade, de forma 100% online, garantindo praticidade e otimização dos recursos do Conselho.
- 3.5. Essa contratação se alinha às boas práticas de governança digital e segurança da informação, além de assegurar o cumprimento das normativas vigentes sobre certificação e autenticação digital.

- 3.6. Nesse contexto, com o objetivo de assegurar a continuidade dos serviços prestados pelo CRESS-DF e em consonância com o princípio da eficácia, torna-se evidente a necessidade da contratação pretendida.

#### 4. Da especificação do objeto

- 4.1. Seguem as especificações e quantidades conforme o quadro abaixo:

| ITEM | DESCRIÇÃO   | UNIDADE | QUANTIDADE | Valor Unitário Estimado | Valor Total Estimado |
|------|---|---------|------------|-------------------------|----------------------|
| 01   | Certificação digital A3 sem fornecimento de token (CATSER: 27219) | un      | 24         | R\$ 228,09              | R\$ 5.474,16         |

- 4.2. A presente contratação orienta-se pelos seguintes requisitos de negócio:  
Os serviços de certificação digital deverão atender as normas preconizadas pelo ICP-Brasil;  
O certificado digital A3 deverá ter validade não inferior a 3 (três) anos;
- 4.3. Deverá apresentar alto nível de segurança, apresentando seus principais requisitos, a saber:  
Autenticidade: garante a identidade de todas as partes envolvidas;  
Confidencialidade: assegura o sigilo das informações, que são resguardadas de pessoas;  
Integridade: protege contra a modificação imprópria da mensagem, garantindo o seu conteúdo;  
Não repúdio: impede as partes de negarem a participação nos negócios eletrônicos.
- 4.4. Deverá apresentar características de praticidade, mobilidade e poder ser utilizado em vários computadores;
- 4.5. O certificado digital deverá ser utilizado na confirmação da identidade de pessoas (autenticação) em ambiente internet e aplicações baseadas em microcomputador, bem como para assinatura digital;
- 4.6. Deverá permitir assinar mensagens e documentos eletrônicos com presunção de validade jurídica nos termos do art. 219 do Código Civil.
- 4.7. Deverão ser fornecidos tutoriais, passo a passo e demais documentações com instruções simples e claras necessárias para o pleno entendimento dos usuários e da equipe técnica das etapas a serem seguidas para a emissão do certificado digital.
- 4.8. O fornecedor/prestador de serviços deverá disponibilizar canal de atendimento onde as dúvidas sobre a emissão dos certificados digitais poderão ser dirimidas, tanto pelo usuário quanto pela equipe técnica do CRESS/DF.
- 4.9. Caso sejam identificadas inconsistências em algum certificado digital após a sua emissão, o mesmo não será aceito. Caberá à CONTRATADA revogar e emitir outro certificado digital corretamente, sem qualquer ônus ou custo adicional para a CONTRATANTE.
- 4.10. O serviço de emissão deverá ser disponibilizado no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da assinatura do contrato, mediante requerimento formalizado via e-mail; podendo ser prorrogado, excepcionalmente, por até igual período, desde que justificado previamente pelo Contratado e autorizado pela Contratante.

## **5. Da adjudicação**

- 5.1. O julgamento das propostas de preços será pelo critério do **MENOR PREÇO POR ITEM**, sendo declarada vencedora a empresa que apresentar o Menor Preço e que atender a todos os requisitos e exigências contidas neste termo de referência.
- 5.2. O prazo para recebimento das propostas é de **03 (três) dias úteis**, conforme Art. 75 §3º da Lei 14.33/2021.
- 5.3. As propostas deverão ser encaminhadas para o endereço eletrônico da Comissão de Contratação:  
[<cpc@cressdf.org.br>](mailto:cpc@cressdf.org.br)

## **6. Da habilitação**

- 6.1. Deverão ser apresentadas as certidões de regularidade fiscal, social e trabalhista, bem como as certidões negativas de débitos, conforme o art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 6.2. **A regularidade fiscal e trabalhista deve ser comprovada por:**
  - 6.2.1. Prova de inscrição no CNPJ do Ministério da Economia/Fazenda, destacando atividade econômica compatível com o objeto deste procedimento;
  - 6.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, por meio de certidão expedida, conjuntamente, pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à dívida ativa da União por elas administrados;
  - 6.2.3. Certificado de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), fornecido pela Caixa Econômica Federal, demonstrando o cumprimento do encargo social legalmente instituído;
  - 6.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio de certidão negativa de débitos ou positiva com efeito de negativa.
- 6.3. **A habilitação jurídica deve ser comprovada por:**
  - 6.3.1. Cópia do ato constitutivo, estatuto ou contrato social vigente, inclusive com as alterações posteriores, devidamente registrado no órgão competente;
  - 6.3.2. Cópia autenticada do documento de nomeação do dirigente, em se tratando de sociedade empresária, ou da ata da assembleia da última eleição da diretoria, em se tratando de sociedade por ações, conforme o caso;
  - 6.3.3. Cópia autenticada da cédula de identidade, expedida pelo órgão competente, e do cadastro de pessoa física (CPF), expedido pelo Ministério da Fazenda, do dirigente e sócios, quando se tratar de sociedade empresária, ou do representante legal, diretor ou presidente, quando se tratar de sociedade por ações;
  - 6.3.4. Ato de outorga de poderes ao representante legal para praticar todos os atos necessários, em nome da requerente, no processo de contratação administrativa, bem como para o exercício de direitos e assunção de obrigações decorrentes do referido contrato;
  - 6.3.5. Decreto de autorização do órgão competente, quando se tratar de sociedade estrangeira para funcionamento no país.

#### **6.4. A habilitação técnica deve ser comprovada por:**

- 6.4.1. Comprovação da capacidade TÉCNICO-OPERACIONAL da empresa licitante para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos, com o objeto desta licitação, a ser feita por intermédio de atestados ou certidões fornecida (s) por pessoa (s) jurídica (s) de direito público, em que figurem o nome da empresa concorrente na condição de "CONTRATADA".

#### **7. Dos requisitos da contratação**

##### **7.1. A contratação deverá observar os seguintes requisitos:**

- 7.1.1. Os critérios de sustentabilidade, previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da contratada como requisito previsto no art. 11, Inciso IV da Lei 14.133/2021;
- 7.1.2. Os serviços prestados pela empresa contratada deverão fundamentar-se no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos, bem como a geração de resíduos, além do desperdício de água e consumo excessivo de energia.

##### **7.2. Da execução do objeto:**

- 7.2.1. Quanto à natureza dos serviços, se darão de forma continuada, pelo período de 12 (doze) meses;
- 7.2.2. Os serviços realizados deverão ser realizados em conformidade com a Lei Geral da Proteção de Dados Pessoais (LGPD);
- 7.2.3. Não será exigida apresentação de amostra;
- 7.2.4. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual;
- 7.2.5. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21;
- 7.2.6. Os fornecedores deverão apresentar todos os documentos a título de habilitação, especificados posteriormente no Termo de Referência, nos termos do art. 62 da Lei nº 14.133/2021.

#### **8. Das Obrigações da contratada e da contratante**

##### **8.1. São obrigações da CONTRATADA:**

- 8.1.1. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 8.1.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato e ainda para recebimento das notificações referentes a esta contratação, com indicação de e-mail e telefone;
- 8.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior, conforme o art. 137, II, da Lei nº 14.133/2021, e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 8.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

- 8.1.5. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.1.6. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;
- 8.1.7. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;
- 8.1.8. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 8.1.9. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 8.1.10. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;
- 8.1.11. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.1.12. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

**8.2. São obrigações da CONTRATANTE:**

- 8.2.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.2.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.2.3. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 8.2.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.2.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.2.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.2.7. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal/fatura fornecida pela



Contratada;

- 8.2.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.2.9. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

### **9. Da Dotação Orçamentária**

- 9.1. As despesas da presente contratação correrão por recursos próprios do Conselho Regional de Serviço Social da 8ª Região (CRESS/DF), sob a rubrica: **6.2.2.1.1.01.04.04.005 - Serviços com Manutenção - Softwares e Sistemas de Informática**

### **10. Das condições e prazos de pagamento**

- 10.1. O pagamento à contratada será efetuado no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da nota fiscal, devidamente atestada pelo representante do CONTRATANTE.
- 10.2. Para ter seu pagamento realizado pela CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá manter e apresentar todas as certidões negativas de débito.
- 10.3. O pagamento será efetuado via boleto bancário emitido pela Contratada até o trigésimo dia, após a realização dos serviços, mediante apresentação de Nota Fiscal/Fatura indicando as quantidades, valores unitários e totais, devidamente atestada pelo(a) fiscal de contrato do CRESS-DF.
- 10.4. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo empregado competente da CONTRATANTE, na nota fiscal apresentada.
- 10.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

### **11. Dos prazos de vigência e execução do contrato**

- 11.1. A Prestação de Serviço será formalizada em Contrato Administrativo, estabelecendo em suas cláusulas todas as condições, obrigações e responsabilidades entre este o CRESS/DF e a empresa considerada vencedora.
- 11.2. O prazo de vigência será de 12(doze) meses, contados a partir da data de Publicação, em Diário Oficial, do termo de ratificação/extrato do contrato.
- 11.3. A execução dos serviços deverá ocorrer de forma imediata após o recebimento da Ordem de Serviço.
- 11.4. Se a empresa vencedora se recusar injustificadamente a executar o objeto no prazo estabelecido, será convocada outra empresa, observada a ordem de classificação, sujeitando-se a empresa desistente às penalidades previstas neste Termo de Referência, sem prejuízo da aplicação de outras obrigações.
- 11.5. A aceitação dos serviços executados não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela



segurança do objeto contratado nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

- 11.6. Os serviços serão executados ao CRESS/DF, endereço: SRTVN, quadra 702, Conjunto P, Edifício Rádio Center - Salas 3139/3140, SRTVN bloco B Asa Norte, DF, 70719-900. Horário de recebimento de 13h às 19h.

## **12. Da renovação do contrato**

- 12.1. A renovação do contrato poderá ocorrer conforme as hipóteses previstas no Art. 106 da Lei 14.133/2021.

## **13. Da extinção do contrato**

- 13.1. A extinção do contrato poderá ocorrer conforme as hipóteses previstas no Art. 138 da Lei 14.133/2021:

- 13.1.1. Por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- 13.1.2. Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- 13.1.3. Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

- 13.2. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

## **14. Da anticorrupção**

- 14.1. Na execução do presente contrato é vedado às partes e seus vinculados:

- 14.1.1. Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a quem quer que seja, ou a terceira pessoa a ele relacionada;
- 14.1.2. Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar pretendida contratação;
- 14.1.3. Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações da pretendida contratação, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- 14.1.4. Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro da pretendida contratação;
- 14.1.5. De qualquer maneira fraudar o contrato do procedimento em tela, assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013;
- 14.1.6. Em decorrência da presente contratação, sob qualquer hipótese ou em qualquer situação, não se presumirá a eventual existência ou se estabelecerá

a presunção de qualquer vínculo societário e/ou empregatício, ou obrigações de caráter trabalhista e previdenciário entre as partes, por si, seus contratados, prepostos e ou empregados. E não serão fiadoras das obrigações e encargos trabalhistas e sociais uma da outra, cabendo a cada sociedade a exclusividade e responsabilidade por tais obrigações, inclusive nas esferas civil e penal.


## **15. Das penalidades**

- 15.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato, garantida a defesa prévia e fundamentada, acarretará a imposição das seguintes penalidades:
- 15.1.1. Advertência por escrito;
  - 15.1.2. Multa de até 10% (dez por cento) do valor da contratação;
  - 15.1.3. Impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 03 (três) anos;
  - 15.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, estendendo-se pelo período mínimo de 03 (três) e máximo de 06 (seis) anos.

## **16. Das disposições gerais**

- 16.1. Qualquer pedido de esclarecimento sobre o Termo de referência deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico <[cpc@cressdf.org.br](mailto:cpc@cressdf.org.br)>.

Brasília-DF, 10 de março de 2025.

Documento assinado digitalmente  
 **MARCIA REGINA PRAXEDES DA SILVA**  
Data: 12/03/2025 18:49:42-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Marcia Regina Praxedes da Silva**  
**Agente de Contratação do CRESS/DF**  
**Portaria nº 042/2024**

# ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

**Processo Administrativo nº 007/2025**

**Brasília/DF, março de 2025**

## HISTÓRICO DE REVISÕES

| Data       | Versão | Descrição | Autor          |
|------------|--------|-----------|----------------|
| 10/03/2025 | 1.0    | -         | Leonardo Vitor |

## INTRODUÇÃO

O Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento do que consta no Documento de Formalização da Demanda, bem como demonstrar a viabilidade técnica, socioeconômica e ambiental das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

**Referência: § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e art. 5º da IN 40/2020.**

## DEFINIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DAS NECESSIDADES E REQUISITOS

**Fundamentação:** Descrição da necessidade da compra/contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público. **(item obrigatório)**

**Referência: Inciso I, § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e inciso I do art. 7º da IN 40/2020.**

O presente Estudo Técnico Preliminar Simplificado tem por objetivo identificar e analisar as alternativas disponíveis para a contratação de certificação digital A3 sem fornecimento de token, conforme a necessidade do Conselho Regional de Serviço Social da 8ª Região (CRESS/DF). O documento busca demonstrar a viabilidade técnica e econômica da solução escolhida, assegurando que a contratação esteja alinhada às normas vigentes e aos princípios da Administração Pública.

## PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

**Fundamentação:** Demonstração do alinhamento entre a contratação e o planejamento do órgão ou entidade, identificando a previsão no Plano Anual de Contratações ou, se for o caso, justificando a ausência de previsão. **(item obrigatório)**

**Referência: Inciso II, § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e inciso IX do art. 7º da IN 40/2020.**

Há previsão no Plano Anual de Contratações 2025. As informações apresentadas estão demonstradas no Portal Nacional de Compras Públicas (<https://www.gov.br/pncp/pt-br>), em cumprimento ao inciso II, § 1.º, art. 18, da Lei n.º 14.133, de 2021. Possui destinação orçamentária específica para a contratação na rubrica (código da conta contábil)

### REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Descrição dos requisitos indispensáveis que o objeto deve dispor para atender à demanda.

**Referência:** Inciso III, §1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e inciso I do art. 7º da IN 40/2020.

A certificação digital é um requisito essencial para a segurança e autenticidade dos processos administrativos e jurídicos do CRESS/DF, permitindo a assinatura digital de documentos e o acesso a sistemas que exigem autenticação eletrônica segura. Devido à rotatividade dos membros do Conselho e às eventuais substituições de funções, torna-se necessário garantir a disponibilidade contínua de certificados digitais.

### ESTIMATIVA DA DEMANDA - QUANTIDADE DE BENS E SERVIÇOS

Fundamentação: Estimativa das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar a economia de escala. **(item obrigatório)**

**Referência:** Inciso IV, §1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e inciso V do art 7º da IN 40/2020.

Considerando a demanda recorrente do Conselho e a necessidade de substituição periódica dos certificados, estima-se a aquisição de aproximadamente 24 (vinte e quatro) certificados digitais para os exercícios de 2025 e 2026, a serem emitidos sob demanda.

### LEVANTAMENTO DE MERCADO

Fundamentação: Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar.

**Referência:** Inciso V, §1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e inciso III do art 7º da IN 40/2020.

A solução adotada consiste na contratação de empresa especializada para o fornecimento de Certificados Digitais A3, sem fornecimento de token, com validade mínima de três anos. O serviço incluirá a instalação, configuração e transferência de conhecimento, garantindo a

usabilidade da solução pelos membros do CRESS/DF.

### ESTIMATIVA DO VALOR DE CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação. **(item obrigatório)**

Referência: Inciso VI, do §1º, do art. 18 da Lei 14.133/2021 e inciso VI, do art. 7º da IN 40/2020.

O valor estimado para a contratação foi definido com base em pesquisas de mercado e na média dos preços praticados em contratações similares dentro da Administração Pública. O preço unitário estimado para cada certificado digital A3 é de R\$ 228,09, totalizando um valor aproximado de R\$ 5.474,16 para a contratação.

### DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Fundamentação: Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso. **(item obrigatório)**

Referência: Inciso VII, §1º, do art. 18 da Lei 14.133/2021 e inciso VI do art 7º da IN 40/2020.

O Conselho Regional de Serviço Social 8ª Região - CRESS/DF, para otimizar e aprimorar o processo de aquisição de passagens aéreas para atender às demandas deste regional, dada a necessidade de locomoção para cidades distantes do Distrito Federal em um curto espaço de tempo, propõe a realização de credenciamento de Companhias/Agências de Viagens e Turismo.

Esta abordagem visa garantir a eficiência operacional, a transparência, a competitividade e a economia de recursos próprios.

### JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO



**Fundamentação:** Justificativas para o parcelamento ou não da solução, se aplicável. **(item obrigatório)**

**Referência:** Inciso VIII, §1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e inciso VII do art 7º da IN 40/2020.

O objeto da contratação não é passível de parcelamento, pois os certificados digitais devem seguir um padrão único de segurança e compatibilidade com os sistemas utilizados pelo CRESS/DF. A aquisição de certificados de fornecedores distintos poderia comprometer a integridade e a usabilidade da solução.

#### VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

**Fundamentação:** Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina. **(item obrigatório)**

**Referência:** Inciso XIII, § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e inciso XIII do art. 7º da IN 40/2020.

#### DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

Diante da análise técnica e econômica realizada, conclui-se que a contratação da solução proposta é viável e necessária para garantir a continuidade das atividades do Conselho. A certificação digital assegura a autenticidade dos documentos e a eficiência dos processos administrativos, sendo um instrumento indispensável para a modernização e segurança institucional.

LEONARDO VITOR  
NINA

SANTOS:03705583166

Assinado de forma digital por  
LEONARDO VITOR NINA  
SANTOS:03705583166  
Dados: 2025.03.10 15:49:34  
-03'00'

**Leonardo Vitor Nina Santos**  
Membro da Comissão de Planejamento  
CRESS da 8ª Região - DF